

## CSF/TJGO

### Comissão de Soluções Fundiárias

#### ATA DE REUNIÃO PRELIMINAR – PROAD N° 202506000651279

**DATA E HORÁRIO:** 2 de setembro de 2025, às 17h30

**LOCAL:** Reunião virtual, via zoom

**REUNIÃO:** conduzida pela Juíza de Direito e Membro da CSF/TJGO, Dra. Ailime Virgínia Martins

**ASSUNTO:** Proad n° 202506000651279 (Processos Judiciais n° 0003763-54.1988.8.09.0082 / 0004697-12.1988.8.09.0082 / 5222068-30/ 5219930-90 / 324004-91 / 5037700-98 / 5104336-46 / 5200329-19 / 5199620-81 / 5200068-54 / 5218579-48 / 5044154-71 / 5049633-45 / 5699616-90 / 5699371-79) – Fazenda Coqueiros – Município de Itajá/GO

**SECRETÁRIA:** Cristiane de Paula Neiva

#### **PARTICIPANTES :**

1. Dra. Ailime Virgínia Martins - Juíza de Direito e Membro da CSF/TJGO
2. Dra. Carolina Byrro - Defensora Pública Estadual
3. Dr. Ala Sena - Promotor de Justiça da Comarca de Itajá
4. Dr. Amarildo Domingos Cardoso - Advogado
5. Dr. Paulo César de Assis - Advogado
6. Dr. Bruno Catolino - Advogado
7. Dr. Cacildo - Advogado
8. Dr. José Donizete Ferreira Freitas - Advogado
9. Dr. Sílvio Guilen - Advogado
10. Dr. Lucas Prado de Moraes - Advogado
11. Dr. Whéditon Azevedo - Procurador Municipal de Itajá
12. Sr. José Henrique - DINT/TJGO
13. Sra. Karollyne Siqueira - Primeira-Dama Municipal e Assistente Social
14. Sra. Cristiane de Paula Neiva - Secretária da CSF/TJGO

#### **ABERTURA :**

Aberta a reunião preliminar pela Juíza de Direito e Membro da CSF/TJGO, Dra. Ailime Virgínia Martins, esta agradeceu a presença de todos e, em seguida, adentrou a matéria da pauta

preestabelecida.

**PAUTA:**

Reunião preliminar relativa ao Proad n° 202506000651279 (Processos Judiciais n° 0003763-54.1988.8.09.0082 / 0004697-12.1988.8.09.0082 / 5222068-30/ 5219930-90 / 324004-91 / 5037700-98 / 5104336-46 / 5200329-19 / 5199620-81 / 5200068-54 / 5218579-48 / 5044154-71 / 5049633-45 / 5699616-90 / 5699371-79) - Fazenda Coqueiros - Município de Itajá/GO

**RESUMO:**

De início, a **Dra. Ailime (Juíza)** cumprimentou os presentes e informou que a reunião referia-se processo cujo Proad n.º 20250600651279 está vinculado a diversos outros processos. O Proad fora iniciado no mês de junho de 2025, e havia uma ordem de desocupação suspensa até o retorno dos autos dessa Comissão. Relatou que o objeto da discussão era uma área situada na Fazenda Coqueiros, localizada no município de Itajá, com extensão aproximada de 2.347 alqueires, correspondente a dois quinhões de terra. Como parte promovente, figuravam Clemente Ferreira de Matos, Maria Joaquina de Sousa e Maria Alves dos Santos; como parte promovida, constavam Arlete José Borges e mais de 100 outros demandados. Mencionou que começaria ouvindo o advogado da parte requerente, solicitando que este apresentasse informações sobre a área em questão.

Dada a palavra, o advogado da parte requerente, **Dr. Lucas Prado**, narrou que se trata de um processo antigo e, se tudo fosse levantado e discutido detalhadamente, não haveria objetividade. Portanto, o ponto de partida seria a ordem de desocupação. Foi informado que já havia sido realizado um levantamento conduzido pelo então presidente do Tribunal de Justiça de Goiás, por meio da suspensão de liminar que tramitou no Órgão Especial. Esse levantamento foi bastante complexo, conduzido pelo então presidente Carlos Alberto França na época, e contemplou todas as ocupações, tamanho das áreas ocupadas, situação econômica dos ocupantes, quem residia ou não nos imóveis, quem os arrendava, além de aspectos sociais, como o número de cabeças de gado cada um tinha, e situação social. Destacou-se que o levantamento foi detalhado, complexo e imparcial. Essa análise foi feita no âmbito da

suspensão de liminar, que atualmente estaria arquivada, com uma carta de ordem cumprida anexada ao processo. O levantamento contou ainda com a participação de dois agrimensores responsáveis pelo levantamento topográfico, tendo sido elaborado um mapa das ocupações vigentes. Destacou uma situação triste, bem ressaltada pelo presidente Carlos França e pelo Órgão Especial: todo esse processo só chegou a essa etapa final recentemente, apesar de o processo ter transitado em julgado em 2018, ou seja, há sete anos sem cumprimento, devido a vários incidentes, procrastinações e má-fé dos possuidores. Segundo ele, o ato mais grave ocorreu na fase final do processo, que teve início na década de 1940, recaiu sobre o ente público municipal de Itajá, na época representado pelo prefeito César, o procurador jurídico presente na audiência, Dr. Whéditon e o CRAS do município, pois conduziram um estudo social em benefício de interesses particulares, em defesa de latifundiários e pessoas abastadas. Para isso, teriam manipulado dados, inventando informações falsas sobre o número de residentes, quantidade de ocupações e condições econômicas, a fim de criar um estado social fictício. Isso porque, em dezembro de 2019, houve uma ordem de desocupação. Durante o recesso, os requeridos, com o apoio do município de Itajá, organizaram uma estratégia para propor a suspensão da liminar no Órgão Especial, o que foi concedido. No entanto, alertaram que os dados apresentados eram falsos e que os números foram artificialmente inflacionados – o que não foi apenas uma alegação, mas uma constatação confirmada na decisão do Des. Carlos França. Após o acordo do órgão especial, o presidente verificou a falsidade dos dados, que incluíam superestimação do número de residentes e distorção da situação econômica e social dos ocupantes. O Des. Carlos França, então, determinou a realização de uma constatação por meio de oficial de justiça, com uma carta de ordem expedida sem ressalvas, que comprovou a falsidade das informações apresentadas pelo município de Itajá. Esse foi o ponto de partida para a ordem de desocupação. Ressaltou-se que as informações do município não poderiam ser consideradas imparciais, dada a sua posição no processo.

A **Dra. Ailime** explicou que seria realizada uma reunião

preliminar e que seria necessário compreender a atual situação da área objeto do processo. Destacou que seriam conduzidos um estudo e uma visita técnica, com o objetivo de verificar se famílias em situação de vulnerabilidade seriam afetadas. A partir dessas informações, a Comissão poderia devolver os autos, permitindo que a eventual desocupação fosse realizada da forma mais humanizada possível. Ressaltou que a ordem de desocupação encontrava-se vigente, porém suspensa, e que caberia à comissão auxiliar nesse processo. Nesse contexto, indagou ao representante da parte requerente sobre a situação atual da área abrangida pela ordem de desocupação – ainda suspensa –, questionando quantas famílias ocupavam efetivamente a área, qual o tamanho da porção que o autor desejava ver desocupada, se existiam famílias vulneráveis entre os ocupantes e, por fim, mencionou que posteriormente dialogaria com o município para avaliar a possibilidade de realocação dessas famílias para outro local. Solicitou, por fim, que o representante esclarecesse o que poderia dizer, naquele momento, sobre tais questões.

O **Dr. Lucas** informou que a área em questão possuía cerca de 9 mil hectares. Conforme consta no laudo de constatação elaborado por determinação do Presidente do Tribunal de Justiça, apenas 13 (treze) ocupantes residiam efetivamente no imóvel. Desses 13 (treze), alguns já possuíam outras residências ou residiam em outros municípios, inclusive em imóveis na zona rural. Em relação à situação econômica, destacou que a maioria dos ocupantes era formada por latifundiários, com posses superiores a mil hectares – embora alguns tivessem áreas menores. O laudo indicou que apenas poucos dos ocupantes se encontravam em situação econômica de maior vulnerabilidade. A grande maioria exercia outras atividades e possuía estabilidade financeira, sendo médicos, servidores públicos – inclusive alguns vinculados ao próprio Poder Judiciário – e residentes em outras cidades ou estados. Concluiu que, entre os 13 (treze) ocupantes identificados como residentes, apenas uma minoria apresentava condição de vulnerabilidade econômica, tendo sido constatado que apenas sete famílias se encontravam em situação de baixa renda e vulnerabilidade social .

O **Dr. Silvio Guilen** (Advogado de parte dos requeridos) sustentou que o levantamento havia sido realizado durante o período da pandemia, ocasião em que o Supremo Tribunal Federal suspendeu, em âmbito nacional, as liminares de desocupação. Por extensão, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás também concedeu a suspensão da liminar. Esclareceu que o referido laudo foi posteriormente infirmado por um oficial de justiça, o qual elaborou uma certidão, embora não tivesse o mesmo conhecimento técnico que os assistentes sociais e demais servidores municipais que haviam se envolvido com a situação. Alegou, inclusive, que o referido oficial teria tido conflitos pessoais com diversos possuidores da área. Quanto aos ocupantes do imóvel, afirmou que havia atualmente entre 80 (oitenta) e 100 (cem) famílias residindo na área. Dessas, entre 6 (seis) e 10 (dez) pessoas seriam consideradas grandes possuidores, por ocuparem áreas maiores, enquanto a maioria era composta por médios e pequenos possuidores. Ressaltou que a Comissão teria oportunidade de constatar a realidade local e realizar novo levantamento. Demonstrou preocupação com a situação social dos ocupantes e mencionou que, apesar do trânsito em julgado do processo, existiriam medidas paralelas ainda em curso, cujo mérito não caberia discutir naquela audiência. Finalizou destacando que havia grande preocupação social envolvida, que a constatação *in loco* seria fundamental e que estavam à disposição para colaborar com o que fosse determinado pela Comissão.

O **Dr. Whéditon** (Procurador do Município de Itajá) disse que, apesar das considerações feitas pelo advogado da parte exequente, a respeito da constatação realizada pelo município de Itajá, destacou-se que a análise feita por ele, bem como por alguns dos fundamentos da decisão mencionada, refletia um olhar limitado ao possuidor e, também, ao ponto de vista do oficial de justiça responsável pelo laudo de constatação. Contudo, explicou que o estudo realizado pelo município foi elaborado por uma assistente social, cujo olhar era distinto e mais abrangente. Argumentou que uma situação dessa natureza gerava impactos indiretos que iam além das pessoas que detinham a posse da terra. O estudo municipal incluiu, por

exemplo, os trabalhadores que moravam no local para exercer atividades laborais, ainda que não fossem possuidores formais da área. Assim, defendeu que o levantamento feito pelo município englobava todas as pessoas potencialmente impactadas, direta ou indiretamente, pela desocupação – não se restringindo apenas aos envolvidos no litígio fundiário. Ressaltou que, no levantamento inicial, identificaram-se pessoas que, em caso de desocupação, perderiam seus empregos, idosos que seriam afetados, e outras situações de fragilidade social. O olhar da assistência social, segundo argumentado, era voltado a quem de fato sofreria com os efeitos da medida, sendo, portanto, mais amplo do que aquele que se limitava aos possuidores do imóvel. Ressaltou que, em uma cidade com aproximadamente três mil habitantes, o impacto da desocupação de 100 (cem) a 150 (cento e cinquenta) pessoas seria significativo – com repercussões na saúde, na economia local e em diversos setores da administração pública. Enfatizou que o estudo feito à época da suspensão da liminar teve um enfoque macro, voltado ao conjunto da cidade, e não ao interesse de particulares. Por isso, defendeu que todos os envolvidos deveriam adotar esse mesmo olhar mais amplo, voltado ao impacto social e econômico coletivo. Argumentou, ainda, que os ocupantes da área geravam empregos, contribuíam para a economia local e, por consequência, o município como um todo sentiria os reflexos de uma eventual desocupação. Concluiu que a análise não poderia se restringir à quantidade de pessoas em posse das terras, pois o impacto alcançaria uma parcela muito maior da população, sendo imprescindível manter o olhar social sobre a situação – um olhar que competia naturalmente ao município e que orientou todo o estudo realizado com base técnica por assistente social.

A **Dra. Ailime** pontuou que há uma ordem de desocupação, e quem decide sobre sua execução era o juiz responsável pelo processo. O juiz já havia decidido que a desocupação ocorreria. A Comissão, por sua vez, busca garantir que essa desocupação seja realizada da forma mais humana possível. Por isso, também envolve o Poder Público para que auxilie nesse processo. A maior preocupação é com as pessoas que moram na área e que não tem outro lugar para morar. Perguntou se alguém

representando o município poderia falar sobre essa situação, especialmente para informar o número de pessoas que realmente residiam lá. A Comissão planeja realizar uma visita técnica para avaliar a área, verificar as condições locais, confirmar se as pessoas moravam ali há bastante tempo e se havia alguma confusão ou problema relacionado a essa ocupação. Foi ressaltado que essas pessoas que moravam na área seriam desocupadas, pois essa já era a ordem judicial. A intenção era que todos compreendessem que, quando o juiz decide pela desocupação, esta será cumprida. A comissão apenas intervém para que o cumprimento da ordem ocorra da maneira mais humanizada possível, garantindo que as pessoas vulneráveis e sem alternativa de moradia sejam realocadas. Disse que a decisão judicial já foi tomada, com todo o processo devidamente analisado pelo juiz. Perguntou ao poder público se havia conhecimento do número de famílias vulneráveis que residem na área e se há alguma solução para essa questão. Solicitou que o representante do poder público se manifestasse sobre o assunto.

O **Dr. Whéditon** (PGM) ressaltou a necessidade de realizar uma nova visita para avaliar a área, pois acredita que houve muitas mudanças. Destacou que seria importante verificar se ainda estavam presentes as mesmas famílias e confirmar as informações do primeiro estudo realizado na época da suspensão e era fundamental certificar se as pessoas que poderiam ser impactadas ainda residiam no local. Enfatizou a importância de fazer um levantamento atualizado para garantir a certeza sobre a situação atual.

A **Dra. Ailimê** solicitou ao município que, antes da visita da Comissão, realize um levantamento e cadastro de todas as famílias residentes na área, por meio da assistência social. Esse cadastro deveria incluir informações sobre as famílias que possuem construção no local, residem ali e seus rendimentos, além de identificar se são vulneráveis. Pediu-se que esse material seja encaminhado previamente para análise. Também foi solicitado que o representante do município informe quais seriam as propostas para a realocação dessas pessoas, especialmente no caso das famílias vulneráveis que não possuem

outro local para morar.

O **Dr. Whéditon** explicou que ainda seria necessário trazer uma proposta do Prefeito, pois, com a mudança na gestão, precisava que ele apresentasse uma proposta melhor para ser analisada. Também foi mencionado que era importante primeiro saber quantas pessoas e famílias estavam envolvidas para, assim, poder refletir melhor sobre a situação. Considerou-se que o ideal seria apresentar a proposta posteriormente, quando já se tivesse uma ideia clara do número de pessoas e do impacto, para assim entender melhor a proposta apresentada.

A **Dra. Ailime** destacou que o Poder Público possui o dever de prestar assistência social e garantir o direito à moradia, que é um direito constitucional. Foi solicitado ao representante do Poder Público que realizasse o cadastro das famílias que residem na área, incluindo o grau de vulnerabilidade social. Além disso, pediu-se que, junto com esse cadastro, fosse enviada uma proposta do Poder Público para cumprir esse dever social de moradia, especialmente para as pessoas realmente vulneráveis que não têm para onde ir. Por fim, questionou-se se seria possível entregar essa documentação e proposta em um prazo de 30 (trinta) dias.

O **Dr. Whéditon** (PGM) pediu um prazo mais dilatado.

O **Dr. Lucas** (advogado) declarou que no Órgão Especial, durante a suspensão da liminar, já havia sido demonstrado que o município havia mentido sobre o número de famílias residentes, além de diversos outros dados falsificados.

A **Dra. Ailime** mencionou que havia requerido do município o fornecimento do cadastramento das famílias. Explicou que a Comissão iria ao local para realizar um estudo próprio. Ressaltou que o município não poderia entregar um estudo falso, pois seria a primeira vez que a Comissão atuaria diretamente no local, com uma visita técnica. Ao chegar, a Comissão poderá constatar quem são as famílias, se há construções, se as pessoas realmente moram lá, se recebem algum auxílio e há quanto tempo aquelas construções existem

Destacou que o poder executivo tem a obrigação de fornecer assistência social e, por isso, era do interesse do município saber quais são as pessoas afetadas, para então apresentar propostas de como cumprir seu dever social. Afirmou que o município poderá contestar o estudo caso entenda que ele não seja verdadeiro, assim como os exequentes poderão contestá-lo. A Comissão fará a visita técnica no local para verificar as informações. Finalizou dizendo que não adiantaria o município simplesmente informar um número de famílias, já que eles teriam a responsabilidade de cuidar dessas pessoas, e que todas as partes teriam oportunidade de contestar os dados apresentados.

O **Dr. Lucas** (advogado) explicou, sobre a questão do critério do cadastramento, que por se tratar de uma demanda privada, uma desocupação privada, a constatação do cadastramento de famílias não deveria abranger mais do que os 12 (doze) ocupantes que exerciam a posse. Afirmou que ficou cauteloso com a ampliação das informações feita pelo colega, que havia começado a incluir funcionários e diaristas no levantamento.

A **Dra. Ailime** detalhou que pediu informações sobre quem reside no local. Esclareceu que seu requerimento se referia à determinação de quem realmente morava ali, há quanto tempo e há quanto tempo existia aquela construção. Explicou que a ordem de desocupação já havia sido dada pelo juiz responsável pelo processo, e que o papel deles agora era auxiliar para que essa desocupação ocorresse da melhor forma possível. Perguntou qual seria essa melhor forma, destacando a importância de saber quem estava lá e se essas pessoas tinham outro lugar para ir. Perguntou ao responsável pelo município, que havia mencionado que 30 (trinta) dias seria pouco tempo, qual seria o prazo ideal para realizar o levantamento.

O **Dr. Whéditon** (PGM) respondeu que as terras estavam divididas em vários pedaços e por isso, acreditava que o prazo para o levantamento deveria ser de 60 (sessenta) dias ou mais.

A **Dra. Ailime** estabeleceu o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para que o representante do município realize todo o

levantamento necessário. Solicitou, especificamente, o cadastro de todas as famílias que residem na área, acompanhado da proposta do município sobre quais medidas seriam adotadas em relação às famílias vulneráveis que vivem no local. Determinou que o levantamento deveria incluir a verificação se as famílias possuem outro local para onde possam ser realocadas; renda familiar de cada núcleo e a informação se recebem auxílio do governo. O objetivo é subsidiar a comissão para que a desocupação determinada judicialmente ocorra da forma mais humana e socialmente responsável possível.

O **Dr. Lucas** (advogado) pontuou a necessidade de acompanhar de perto o levantamento que será realizado, mencionando que a parcialidade e o atendimento a interesses particulares por parte do município já haviam sido destacados pelo então presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Carlos França, em decisão proferida no bojo da suspensão de liminar julgada pelo Órgão Especial. Alegou que o ente público estaria defendendo interesses privados e não o interesse coletivo, o que, segundo ele, compromete a imparcialidade do levantamento. Por essa razão, reiterou o pedido de acompanhar de perto a diligência, visando assegurar a seriedade, a transparência e a fidedignidade das informações que serão apresentadas pela administração municipal.

A **Dra. Ailime** deliberou que o Município de Itajá, por meio de sua equipe técnica e com apoio da assistência social municipal, deverá realizar visitas *in loco* à área objeto da desocupação, com o objetivo de cadastrar todas as famílias que efetivamente residem no local. Ficou definido que: a) O prazo máximo para a entrega do levantamento completo será de 45 dias, contados a partir da data da audiência; b) o município deverá informar previamente as datas em que as visitas ocorrerão, para que a Comissão de Soluções Fundiárias possa acompanhar os trabalhos, inclusive com a presença de assistentes sociais da comissão, representantes da Defensoria Pública e, caso desejem, os exequentes; c) o procedimento deverá ser transparente e público, garantindo segurança, imparcialidade e fiscalização adequada. Questionado sobre o tempo necessário para realização das visitas, o representante

do município estimou que uma semana seria o prazo razoável para cobrir toda a área, levantar os dados e realizar os cadastros com a profundidade exigida, considerando a extensão territorial e a quantidade de famílias a serem visitadas. A Juíza reforçou que, além do levantamento, o município deverá apresentar, junto com os dados, uma proposta concreta de realocação para as famílias consideradas socialmente vulneráveis e sem alternativa habitacional, conforme determina o dever constitucional do Poder Público à assistência social e ao direito à moradia. Ficou reafirmado que qualquer irregularidade ou tentativa de manipulação dos dados poderá ensejar comunicação ao Ministério Público e eventual responsabilização civil ou criminal, inclusive com envolvimento da autoridade policial, se necessário. Informou que o Oficial de justiça da Comarca não faz parte da Comissão, e não tem gerência em relação a eles, pois o trabalho aqui é administrativo.

O **Dr. Paulo César** (Advogado de parte dos Requeridos) manifestou uma preocupação específica quanto à delimitação das áreas envolvidas na ordem de desocupação, especialmente em relação à ausência ou imprecisão dos marcos divisórios físicos entre os quinhões de terra. Pontos principais levantados:

- Utilizou como exemplo o caso do requerido Joaquim Quirino de Assis, que foi intimado pelo Oficial de Justiça a desocupar integralmente sua área, incluindo sua sede.
- Segundo o advogado, cerca de 90% da área ocupada por Joaquim pertence a outro espólio – que não faz parte desta demanda judicial – e apenas 5 ou 6 alqueires estão inseridos no objeto do presente processo.
- A sede da propriedade, no entanto, encontra-se fora da área em litígio, mas ainda assim foi incluída na desocupação pelo Oficial de Justiça.
- Isso ocorreu, segundo ele, porque não há marcos divisórios visíveis atualmente na área, possivelmente devido à ação do tempo, uso de maquinário pesado ou degradação natural desde a década de 1980.
- A imprecisão geográfica tem causado risco de desocupações

indevidas e desproporcionais, especialmente quando o Oficial de Justiça não consegue identificar os limites exatos das terras judicialmente discutidas.

Pedido formal do advogado:

Que a Comissão de Soluções Fundiárias determine, antes da execução da ordem de desocupação, que:

1. Seja feita uma reavaliação técnica dos marcos divisórios, preferencialmente com engenheiro agrimensor ou topógrafo especializado, acompanhando o Oficial de Justiça;
2. A localização exata dos limites das propriedades seja previamente identificada e demarcada com precisão, evitando que partes não envolvidas na lide ou áreas pertencentes a outros espólios sejam atingidas;
3. A Comissão assegure que a desocupação atinja exclusivamente a área judicialmente determinada, protegendo o direito de posse ou propriedade de pessoas alheias ao processo.

A **Dra. Ailime** explicou que a Comissão não faz o trabalho judicial e não tem poder decisório nesse processo de delimitar qual era a área que iria ou não ser desocupada. O trabalho da Comissão, conforme explicado desde o início, é um trabalho administrativo, que consiste em checar o que há na área total, quem são as famílias e identificar os vulneráveis, se o poder público se dispõe a amparar essas famílias e se elas têm para onde ir. Esse é o trabalho da Comissão. Disse que a questão dos limites da ordem judicial do mandado, porque o mandado precisava ser certo, não genérico, estava dentro do processo principal. Quando o mandado de desocupação foi expedido, tinha que haver a ordem e a delimitação, e não é a Comissão quem faz isso. A Comissão analisa toda a área, verifica quem mora ali, se são ou não vulneráveis e se têm ou não para onde ir, além de avaliar se precisam de assistência do governo. A parte dos limites, a parte da desocupação em si, ou seja, qual seria a área, constava no mandado de desocupação, que seria expedido depois, após o término dos trabalhos da Comissão. A

delimitação era feita dentro do processo.

O **Dr. José Donizete** (advogado) quis somar a preocupação do Dr. Lucas, porque todas aquelas providências que estavam sendo determinadas naquele momento já tinham sido tomadas no passado. E não obtiveram sucesso. O que acontecia era que até as ações que já tinham sido ganhas em última instância, pelos herdeiros, estavam entrando com ação rescisória. Portanto, a intenção do pessoal que estava lá era levar aquilo por mais 80 anos. Ele achava que era necessário tomar uma decisão no sentido de fazer cumprir o prazo que a Dra. Ailime estava dando naquele momento, de 45 (quarenta e cinco) dias, sem que houvesse mais prorrogação, divisão, marco ou qualquer outra coisa. Caso contrário, não conseguiriam chegar a um denominador comum naquele processo.

A **Dra. Ailime** reiterou que seria feito o levantamento; depois, a visita técnica; em seguida, iriam conversar novamente, marcar uma nova reunião para verificar se aquelas pessoas iriam ou não sair de forma pacífica e tentar chegar a um acordo. Depois, devolveriam o processo para o juiz, relatando o que havia sido levantado em todo o estudo, o que de fato estava acontecendo, quem estava lá e se havia solução para aquelas pessoas que realmente fossem vulneráveis. Esse é o trabalho da Comissão. Ressaltou que essas outras questões, relativas a outros recursos, outras ações e outras tentativas de evitar o cumprimento da decisão de desocupação, eram de fato tratadas pela defesa de forma judicial, não naquele ambiente.

O **Dr. Alan**, promotor de justiça titular da comarca, informou que se debruçou sobre o caso, tendo estudado um processo bastante extenso. Constatou que já existia uma decisão judicial transitada em julgado há bastante tempo e, conforme já mencionado por Vossa Excelência, o objetivo daquela atuação - inclusive no âmbito do projeto em questão - era o cumprimento dessa ordem judicial de desocupação, sendo o município responsável por acolher as pessoas atingidas. Ele observou que, ao ouvir tanto os advogados dos exequentes

quanto os advogados dos executados, percebeu-se uma dinamicidade no perfil dos moradores, com constante entrada e saída de pessoas na área. Mencionou, por exemplo, que o advogado dos exequentes havia identificado 13 famílias, sendo 7 (sete) em situação de vulnerabilidade, enquanto o advogado dos executados apontava a presença de 80 famílias. Questionou se haveria uma perspectiva de prazo para que, após a apresentação desses dados pelo município, a Comissão retornasse à localidade para dar continuidade aos estudos. Ressaltou que seria importante evitar um hiato temporal muito longo, que pudesse comprometer a consistência dos dados em razão das constantes alterações no perfil da ocupação. Dirigindo-se ao procurador municipal, Dr. Whéditon, o promotor destacou que o município de Itajá estava em fase de finalização de diversas unidades de moradia popular, construídas em parceria entre os governos federal, estadual e municipal. Essas casas, segundo ele, estavam vazias e próximas da conclusão. Assim, considerou que o município teria condições de acolher as famílias vulneráveis identificadas no processo. Sugeriu, portanto, que, dentro do prazo de 45 dias, além de identificar as famílias vulneráveis, o município avaliasse a possibilidade de encaminhá-las para essas moradias populares como forma de dar solução concreta e célere ao problema. Reforçou que essa medida contribuiria para o cumprimento da decisão judicial de maneira mais humanizada possível. O promotor pontuou, ainda, que o direito do exequente de reaver sua propriedade é constitucionalmente garantido, e que, paralelamente, as pessoas vulneráveis deveriam ser amparadas pelo município. Para os que não estivessem em situação de vulnerabilidade, mas eventualmente estivessem desempregados, destacou que a busca por novo emprego era parte dos desafios da vida cotidiana, reforçando que o papel do Poder Público se concentrava em amparar os que realmente necessitavam. Por fim, reiterou que seria salutar que os estudos do município e da Comissão fossem realizados em prazos próximos, a fim de assegurar a efetividade da desocupação e a proteção social necessária. Por isso, sugeriu formalmente que o município apresentasse informações sobre a disponibilidade dessas moradias populares que estavam em fase

de conclusão na cidade de Itajá.

A **Dra. Ailime** expôs afirmou que, nos processos sob sua condução – especialmente os de reintegração de posse, com os quais tinha bastante familiaridade –, estava ciente da natureza extremamente dinâmica dessas situações, em que tudo mudava com muita frequência. Por essa razão, destacou que seu objetivo era realizar todo o estudo e os trabalhos necessários de forma célere e organizada, etapa por etapa. Explicou que havia fixado um prazo para o Poder Público justamente com essa intenção de dar celeridade ao processo. Informou ainda que, até aquele momento, não tinha conhecimento das moradias populares em fase de conclusão no município de Itajá, mas considerou a informação bastante positiva. Saliou que, com o levantamento cadastral das famílias, o fundamental seria identificar quais famílias de fato residiam no local, há quanto tempo estavam ali e quais se encontravam em situação de vulnerabilidade. De acordo com a magistrada, aquelas famílias que já moravam no local há mais tempo, eram vulneráveis e não tinham para onde ir, estariam amparadas pelo município e seriam realocadas no momento da desocupação. Por outro lado, chamou atenção para um ponto crítico: se a desocupação ocorresse meses depois do estudo técnico, haveria o risco de novas famílias terem se instalado no local nesse intervalo. Mencionou que, nesses tipos de conflito, era comum pessoas se aproveitarem da situação, tentando obter benefícios indevidamente – como o acesso a moradias populares – mesmo sem vínculo legítimo com a área ocupada. Deixou claro que essas pessoas não seriam incluídas na lista de famílias amparadas, pois não constariam nos estudos feitos anteriormente pela comissão e pelo município. Explicou que, quando uma ordem de desocupação fosse expedida, ela viria acompanhada do georreferenciamento da área e da identificação precisa das famílias vulneráveis reconhecidas pela comissão, que teriam direito ao acolhimento municipal. Caso, no momento da desocupação, surgissem outras famílias – não reconhecidas no levantamento inicial –, esclareceu que essas não seriam abrangidas pela proteção, pois teriam se instalado no local posteriormente, de forma oportunista. Reforçou que essas situações não alterariam a ordem judicial, e que essas pessoas

seriam retiradas, uma vez que não se enquadravam nos critérios estabelecidos. Lembrou que era a primeira vez que a Comissão atuava naquele processo específico, e que o trabalho seria conduzido dessa forma: com responsabilidade, critério e agilidade. Finalizou reafirmando sua preferência por uma condução célere dos casos, justamente por compreender a dinâmica e a complexidade envolvidas nesse tipo de conflito fundiário.

O **Dr. Whéditon** explicou que em relação ao prazo estipulado, deve-se considerar a limitação de profissionais disponíveis para a realização dos trabalhos. O representante informou que já pretendia entrar em contato com o prefeito da atual gestão para buscar uma solução célere, alinhada com a orientação da magistrada de que o processo deveria ser conduzido de forma mais dinâmica e ágil, a fim de garantir os resultados esperados no tempo previsto. Quanto às moradias populares, o representante esclareceu ao Dr. Alan que se tratava de um programa do governo estadual, cuja licitação já havia sido realizada. As casas estavam em fase final de construção, mas já haviam sido todas sorteadas, ou seja, já possuíam beneficiários definidos. Portanto, tais unidades habitacionais seriam ocupadas pelas pessoas contempladas no sorteio oficial, não estando disponíveis, naquele momento, para abrigar outras famílias, mesmo aquelas eventualmente identificadas como vulneráveis no processo de desocupação.

A **Sra. Karollyne Siqueira** (Primeira-Dama Municipal e Assistente Social) esclareceu que aquelas casas pertenciam a um programa do governo estadual denominado "Casa Custo Zero". Desde os meses de janeiro e fevereiro, o Estado já havia comparecido ao município para realizar o sorteio das 48 (quarenta e oito) unidades habitacionais previstas no programa. Dessa forma, todas as casas já tinham beneficiários definidos. Explicou que, naquele momento, a administração municipal aguardava apenas a finalização das obras por parte do governo estadual, que se encontravam na fase de pintura, para que as residências fossem entregues aos 48 contemplados no mês de novembro. Diante desse contexto, informou que não seria possível alocar as famílias vulneráveis identificadas no processo de desocupação nessas moradias, uma vez que as

unidades já estavam previamente destinadas, conforme as regras do programa estadual. Acrescentou que o projeto vinha sendo conduzido desde novembro ou dezembro do ano anterior, ainda na gestão anterior, e havia sido dado continuidade pela atual administração.

A **Dra. Ailime** alegou que poderiam existir outras alternativas de atendimento habitacional, e que, se fosse o caso, o Ministério Público poderia eventualmente ingressar com uma Ação Civil Pública para tratar da questão. No entanto, ressaltou-se que esse seria um outro problema, fora do escopo imediato da reunião. Diante disso, foi proposto que todos se ativessem ao caso específico em discussão naquele momento. Informou que a Comissão disponibilizaria assistentes sociais para auxiliar nos trabalhos, bem como que a Defensoria Pública também participaria do processo, prestando apoio às famílias envolvidas.

O **Dr. Lucas** sugeriu que seria interessante que todos os envolvidos acompanhassem o processo desde o início, com a definição de uma data, horário e local de início dos trabalhos. Ressaltou-se a importância de que essas informações fossem previamente estabelecidas e divulgadas a todos os interessados. Argumentou-se que essa abordagem poderia tornar o processo mais eficiente e conclusivo, evitando a necessidade de fiscalizações posteriores que poderiam causar atrasos desnecessários. Considerou-se, portanto, que o ideal seria conceder um prazo razoável para que o responsável pudesse organizar o cronograma, definir o dia de início, verificar a logística necessária e alinhar a disponibilidade das assistentes sociais da Comissão.

A **Dra. Ailime** reiterou que havia solicitado ao responsável pelo levantamento que estipulasse um prazo e informasse a data de início dos trabalhos, com o objetivo de garantir transparência ao procedimento. Destacou que os exequentes, a Defensoria Pública e as assistentes sociais da Comissão de Conflitos Fundiários acompanhariam o processo, que seria conduzido de forma pública e acessível a todos os interessados. Acrescentou que havia solicitado, se possível, que os trabalhos tivessem início já na semana seguinte,

considerando que as atividades incluiriam visitas técnicas presenciais, seguidas da compilação e apresentação da documentação levantada. Ressaltou que, paralelamente a esse trabalho, já haveria uma análise preliminar da Comissão por meio das assistentes sociais destacadas para o caso. Informou ainda que, posteriormente, os próprios magistrados da Comissão também realizariam verificações *in loco*, como parte do cronograma previsto. Explicou que este seria o trabalho inicial da Comissão, conforme já havia sido anteriormente comunicado ao responsável pelo levantamento. Reforçou a necessidade de início rápido das atividades, salientando que o levantamento poderia demandar até uma semana para percorrer toda a área, considerando sua extensão e complexidade. Ressaltou que o ponto central para a comissão era justamente identificar quem efetivamente residia na área, por quanto tempo, se havia alternativa de moradia e qual era a situação de vulnerabilidade social dessas famílias. Solicitou que todos os envolvidos acompanhassem os trabalhos, incluindo também o Proad, com o objetivo de garantir transparência, efetividade e cooperação interinstitucional durante todo o processo.

A **Sra. Cristiane**, Secretária da Comissão, informou que qualquer pessoa que desejasse ter acesso às informações poderia entrar em contato com a Comissão de Soluções Fundiárias, por meio de WhatsApp ou telefone, e solicitar o código de acesso, que seria prontamente encaminhado. Em relação à participação das assistentes sociais da Comissão, esclareceu-se que elas não estariam presentes apenas para acompanhar o município, mas sim para atuar ativamente na elaboração do levantamento das famílias, em conjunto com os representantes municipais. Caso a Defensoria Pública também tivesse disponibilidade para acompanhar, sua presença seria bem-vinda. Ressaltou que as assistentes sociais iriam realizar visitas domiciliares, passando de casa em casa, com o objetivo de conversar diretamente com as famílias, compreender suas condições de moradia e identificar situações de vulnerabilidade social, colaborando diretamente com o levantamento técnico e social da área.

A **Dra. Carolina** (Defensora Pública Estadual) destacou que havia percebido um conflito bastante intenso entre os

representantes das partes envolvidas e, por esse motivo, considerou importante esclarecer o papel da Defensoria na situação. Informou que a Defensoria Pública estava presente na condição de fiscal dos direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade, com o objetivo de verificar as condições sociais dos moradores, identificar situações reais de vulnerabilidade e assegurar que, em caso de desocupação, fossem adotadas medidas necessárias pelos entes públicos, especialmente o município, para garantir o direito à moradia. Solicitou que, uma vez definida a data da visita técnica pelo município, fosse enviado ofício formal à Defensoria Pública, contendo a data e o local das atividades, a fim de permitir a devida organização junto ao Centro de Atendimento Multidisciplinar da instituição. Explicou que a agenda da Defensoria não estava inteiramente vinculada à subcoordenação de questões fundiárias, pois existia um calendário interno com outras atividades institucionais já previamente agendadas. Por isso, afirmou que, caso a visita fosse marcada para a semana seguinte, seria improvável que sua equipe pudesse estar presente com a estrutura necessária. Assim, sugeriu que fosse dado um prazo adicional de uma semana, especialmente caso a visita ocorresse na semana do dia 15, para que a Defensoria pudesse se organizar e participar do levantamento social junto à comissão e ao município. Caso não fosse possível acompanhar na mesma data, a Defensoria Pública realizaria sua visita em momento posterior, solicitando previamente, por meio da Comissão, os contatos dos moradores, a fim de realizar levantamento próprio e independente. Reforçou que a preocupação da Defensoria e da Comissão de Conflitos Fundiários era preservar o direito fundamental à moradia, especialmente nos casos em que a desocupação colocasse famílias em risco por não possuírem alternativa habitacional viável, nem condições econômicas para resolver essa questão por conta própria. Sinalizou que existem diversas possibilidades e soluções, já adotadas em outros municípios, que poderiam ser consideradas pelo município de Itajá, tais como:

- Realocação das famílias em áreas públicas disponíveis;
- Concessão de aluguel social (ainda que seja um programa

estadual com limitações orçamentárias);

- Contemplação com lotes habitacionais de programas municipais;
- Propostas de indenização, permitindo a permanência das famílias no local com compensação ao proprietário;
- Compensações tributárias, como já ocorrido no município de Itaberaí, onde dívidas de IPTU foram usadas como forma de compensação.

Encerrou reafirmando que a maior preocupação era assegurar que nenhuma família vulnerável fosse levada à situação de rua em razão do cumprimento da ordem judicial de desocupação.

A **Dra. Ailime** destacou que as ideias apresentadas pela Defensora Pública foram excelentes, principalmente porque, em muitos casos, não há locais imediatos para realocar as famílias vulneráveis. Destacou que solicitaria ao representante do município que informasse as datas da visita técnica o mais rápido possível, estabelecendo um prazo claro, por exemplo, com início no dia 15 e término até o dia 20. Comentou não acreditar que o levantamento levaria mais do que cinco dias, estimando que três dias inteiros seriam suficientes para vistoriar todas as áreas, considerando que, conforme informado pelo autor, existem muitos terrenos vazios, e o objetivo era verificar quem estava ocupando as áreas, onde haviam construções, há quanto tempo e quem eram os moradores. Reforçou que, independentemente da duração exata, o município deveria informar formalmente as datas por meio de ofício, o qual a Cristiane encaminharia tanto à Defensoria Pública quanto aos exequentes e ao Poder Público, garantindo que todos pudessem acompanhar o trabalho. Reconheceu as dificuldades da Defensoria Pública, em especial a escassez de defensores no estado de Goiás, e caso não fosse possível que a Defensoria estivesse presente desde o primeiro dia, sugeriu que a participação pudesse ocorrer posteriormente, para checar e acompanhar os dados já levantados pela comissão. Por fim, ressaltou que, após a definição do prazo pelo município, a Comissão aguardaria para marcar a data da visita e do

levantamento inicial, garantindo a participação oficial da Defensoria Pública, dos exequentes, do Poder Público e do Ministério Público. Informou também que seria comunicado o juízo responsável pelo processo para, se possível, designar um oficial para acompanhar a visita, ressaltando que há poucos oficiais para diversas atividades. Encerrando, agradeceu a todos os presentes.

**DELIBERAÇÕES:**

- O Município de Itajá, por meio da Procuradoria-Geral do Município e da Secretaria de Assistência Social, será oficiado para, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, apresentar à CSF/TJGO um relatório técnico-social referente às famílias residentes na Fazenda Coqueiros, Município de Itajá/GO, conforme o Proad nº 202506000651279;
- O Município de Itajá deverá informar à Comissão de Soluções Fundiárias do Tribunal de Justiça de Goiás (CSF/TJGO) as datas previstas para a realização da visita, cuja finalidade é a confecção do relatório técnico-social;
- A Secretaria da Comissão de Soluções Fundiárias será responsável por comunicar e encaminhar essas informações tanto à Defensoria Pública quanto aos exequentes e ao Poder Público, garantindo que todos os envolvidos possam acompanhar o andamento dos trabalhos.

Nada mais havendo a expor, devidamente aprovada a ata, encerrou-se a reunião. Eu, Marta Rodrigues, Servidora da Justiça com atuação na Comissão de Soluções Fundiárias do Estado de Goiás que a digitei.

Goiânia, datado e assinado digitalmente.

**Dra. Ailime Virgínia Martins**  
**Juíza de Direito e Membro da CSF/TJGO**